



GT 23. Ciganos em uma perspectiva antropológica

Coordenador(es):

Mirian Alves de Souza (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Maria Patrícia Lopes Goldfarb (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Sessão 1

Debatedor/a: Mercia Rejane Rangel Batista (UFCG - Universidade Federal de Campina Grande)

Sessão 2

Debatedor/a: Felipe Berocan Veiga (UFF - Universidade Federal Fluminense)

A reflexão sobre o tema dos ciganos tem congregado pesquisadores envolvidos com os grupos ciganos no Brasil e exterior. Iniciamos discussões no âmbito local e mantivemos a temática na forma de GTs, nas Reuniões de Antropólogos do Norte-Nordeste, nas Reuniões Brasileiras de Antropologia e no Congresso Mundial da International Union of Anthropological and Ethnological Sciences. Deste modo, objetivamos dar continuidade aos debates, e ao mesmo tempo discutir a produção etnográfica sobre grupos ciganos. Analisando os processos de construções identitárias; propondo uma reflexão sobre a (in)visibilidade desses sujeitos em diferentes cenários políticos; problematizando como os projetos políticos das organizações ciganas são moldados por diversas imaginações étnicas e nacionalistas; e indagando o papel da produção antropológica na mediação entre os sujeitos estudados e as esferas públicas, o GT pretende fomentar um campo de interlocução em uma perspectiva antropológica e etnográfica, especialmente no Brasil. Para esta edição, as coordenadoras e debatedores propõem apresentar um balanço do campo de estudos nos últimos anos, focalizando a produção acadêmica que passou pelas edições do GT, e que foram elaboradas em diálogo e no âmbito de diferentes programas de pós-graduação na área de antropologia e das ciências sociais, núcleos de pesquisa, laboratório e redes científicas, associações ciganas, organizações não governamentais, e diferentes esferas do estado e da sociedade.

"Segmentos ciganos": reflexões acerca dos ciganos de Coelho Neto-MA

Autoria: Arthur Flávio Silva Pinto (UFPI - Universidade Federal do Piauí)

Este work pretende discutir a noção de "segmentos ciganos" utilizado pelos ciganos de Coelho Neto, tenta-se analisar a partir de quais critérios esse agentes produzem as diferenciações entre si e em que medida esse processo de segmentaridade influencia na percepção acerca do parentesco, da etnicidade e da forma de participação política dos ciganos de Coelho Neto. Esse work se baseia nos works de campo realizados entre os ciganos da cidade para a pesquisa em andamento no programa de pós-graduação em antropologia da universidade federal do Piui, utilizando como recurso de coleta de dados a observação participante e entrevistas. Para enriquecer a análise pretende-se dialogar a noção de segmentaridade pensada por Goldman(2006) e Deleuze e Guatarri(1996) com a utilizada pelos ciganos afim de complexificar noções como grupos ou comunidades tal qual orienta Wagner(2010). A partir dessas análises almeja-se contribuir para uma reflexão sobre o modo de ver, perceber e categorizar a realidade que os ciganos de Coelho Neto articulam.

Discutindo ativismo político entre mulheres Romani e Calin

Autoria: Jamilly Rodrigues da Cunha (Colegi), Renato Monteiro Athias Olga Magano

O objetivo deste work é analisar e compreender a atuação de mulheres ciganas nos processos de construção, demarcação identitária e de ativismo político. Para tal, selecionamos algumas mulheres com trajetórias bastante distintas no sentido de revelar também diferentes formas de ser dentro deste universo. A tese



considera as histórias de vida de duas interlocutoras principais e a partir delas adentramos em outros contextos que nos ajudam a compreender como a mulher cigana é percebida nas arenas que se inserem, bem como é orientada e julgada nos espaços domésticos. A ideia de realizar um recorte de gênero se faz no reconhecimento da existência de ciganas que estavam ultrapassando limites impostos tradicionalmente e se enunciando enquanto agentes políticas, mesmo em contextos nos quais as diferenças de gênero são bastante demarcadas e a ideia de uma mulher enquanto alguém possuidora de poder esbarra no senso coletivo que diz que quem manda ali são os homens. O exercício etnográfico de analisar essas mulheres em atuação nos fez abandonar as orientações mais clássicas do "fazer antropológico", que nos norteia a realizar profundas imersões nos contextos que decidamos observar, para assim acompanhá-las a partir da rede de relações que tecem. Neste work, além dos dados descritivos e etnográficos, iremos, sobretudo, priorizar as vozes de nossas interlocutoras. Nas estratégias por elas traçadas, alguns temas se confundem com suas existências. O preconceito é uma das lutas que decidem travar no sentido de recusar os estereótipos que as relaciona a uma eterna e, por vezes, classificada enquanto natural posição de desviantes e imorais. Em seus projetos políticos recusam formas pejorativas e algumas agentes têm exigido que nos processos de identificação e nomeação seja utilizado o termo Romani como categoria politicamente correta por seu caráter endógeno e representativo. Destarte, nosso work reflete suas formas cotidianas de resistência e como ocupam os espaços públicos, para que assim consigamos responder o que querem essas mulheres.

Entre representações e realidades: Como Umbanda se apropria da Identidade Cigana nos cultos a Santa Sara Kali

Autoria: Débora Soares Karpowicz (UNIASSELVI - Centro Universitário Leonardo da Vinci)

Opatchá! Arribá! É, com certeza, o marcador linguístico de reverência mais conhecido e mais comum do povo cigano na linha de Umbanda. Saudação utilizada tanto nos terreiros de Umbanda, quanto entre os devotos de Santa Sara Kali. No entanto, pouco ou nada sabe-se dessa relação cultural e religiosa dos ciganos com a Umbanda. Neste sentido, o presente work explora o modo como a Umbanda se apropria dos referenciais culturais e étnicos da cultura cigana. Para este fim, busca-se através da observação e análise etnográfica das representações, cultos e festejos a Santa Sara Kali, mapear o modo como as deidades relacionadas a linha dos ciganos na Umbanda são reinventadas a partir da cultura cigana. Ao realizar-se um comparativo historiográfico dessas representações e estereótipos percebe-se que há no interior do campo religioso da Umbanda um confronto destas representações religiosas. Ademais, no presente work busca-se colocar em evidência o modo como essas múltiplas identidades são cotejadas e se fazem presentes na chamada linha de "Umbanda Cigana". Ser cigano é ser livre, e ser livre é poder optar por qualquer religião. Contudo, apesar desta constatação, o presente estudo aponta que existe uma distinção entre o "ser cigano" e o "cigano" retratado pela linha de umbanda, a qual cultua a figura destes grupos, sem, no entanto, ambos se reconhecerem em suas essências.

GT Ciganos na Reunião Brasileira de Antropologia

Autoria: Maria Patrícia Lopes Goldfarb (UFPB - Universidade Federal da Paraíba), Mirian Alves de Souza

A reflexão sobre o tema dos ciganos no campo da antropologia tem congregado pesquisadores envolvidos com os grupos ciganos no Brasil e exterior. Iniciamos discussões no âmbito local e mantivemos a temática na forma de Grupos de work nas Reuniões de Antropólogos do Norte-Nordeste, nas Reuniões Brasileiras de Antropologia e no Congresso Mundial da International Union of Anthropological and Ethnological Sciences. Para a edição do GT Ciganos na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, propomos apresentar um balanço do campo de estudos nos últimos anos, focalizando a produção acadêmica que passou pelas edições do GT



Ciganos nas edições da RBA (2012, 2014, 2016, 2018 e 2020), e que foram elaboradas em diálogo e no âmbito de diferentes programas de pós-graduação na área de antropologia e das ciências sociais, núcleos de pesquisa, laboratório e redes científicas, associações ciganas, organizações não governamentais, e diferentes esferas do estado e da sociedade. O objetivo central da proposta é descrever e analisar a produção que circulou nas edições do GT, considerando o papel dos pesquisadores na fomentação de um campo de interlocução em uma perspectiva antropológica e etnográfica.

No somos delinquentes: inscrições de vulnerabilidade em um bairro cigano na Catalunha

Autoria: Nathalia Ferreira Gonçalves (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Este work apresenta as mobilizações dos moradores de Font de la Pólvora, zona leste da cidade de Girona, comunidade da Catalunha, em decorrência dos sucessivos cortes de luz que estão acontecendo há alguns anos no bairro. A institucionalização dos processos de precarização desse território, marcado desde sua constituição por narrativas de marginalização e abandono, acentua uma política de escassez histórica do Estado em torno da população residente, majoritariamente de etnia cigana. Através de atos públicos, os moradores buscam contestar o imaginário de contravenção que persiste e atualiza as inscrições de vulnerabilidade presentes no cotidiano do bairro.

O encontro de poderes: uma etnografia do processo legislativo de criação do Estatuto do Cigano

Autoria: Phillipe Cupertino Salloum e Silva (UEG - Universidade Estadual de Goiás), Luiz Eduardo Figueira Liziane Pinto Correia

A relação entre os ciganos e a produção de normas não é recente, iniciou-se no período colonial, a partir do século 16, leis com fins de discriminar, controlar e aniquilar a existência cigana, direta ou indiretamente. Após a promulgação da Constituição de 1988 e, principalmente, com as políticas públicas propostas 2005 em diante, surge uma série de instrumentos jurídicos de natureza protetiva voltadas diretamente aos ciganos. Estabelecemos como tema deste estudo a luta por direitos ciganos no âmbito da tramitação do Projeto Lei do Senado nº 248/2015 (PLS nº 248/2015), que propõe a criação do Estatuto do Cigano no ordenamento jurídico brasileiro. Nossa produção etnográfica envolveu os ciganos que atuam na esfera política federal, com foco no Congresso Nacional. Indificamos, descrevemos e analisamos registros audiovisuais da TV Senado e TV Câmara, com audiências públicas relacionadas à cidadania e luta por direitos ciganos e a própria tramitação do PLS nº 248/2015. Ao descrever densamente esta trama política, observa-se que ela é composta por atores estatais e não estatais (ciganos e não ciganos), onde há um encontro de poderes, instituições políticas, assim como diferentes associações ciganas, que muitas vezes reivindicam a totalidade da representação desta minoria étnica no Brasil. Realizamos uma observação participante de como vem se dando a construção da condição jurídica política dos ciganos no Brasil, acompanhando presencialmente os eventos políticos ocorridos em Brasília, na esfera da União, a partir de 2018, em que se discutiram a questão cigana de forma genérica, na Procuradoria Geral da República e nos ministérios do Poder Executivo. Integramos a análise dos materiais audiovisuais e as anotações do caderno de campo ao mapeamento dos registros documentais deste projeto de lei que tramita no Senado. Ao optar por incluir na presente pesquisa experiências etnográficas dos espaços políticos federais em que apresentaram a participação de atores e pautas ciganas, para além do que ocorre no Congresso Nacional, tentamos compreender o processo de criação de uma norma protetiva aos ciganos de forma mais ampla, a inserindo numa conjuntura política maior, em que surgem diferentes grupos, instituições e poderes, levando em consideração as disputas nacionais e as mudanças de governo, entre os anos de 2015 e 2020. A atuação dos grupos ciganos neste processo legislativo não se dá



de maneira isolada, permeada apenas por disputas internas, ela está atravessada por uma rede de relações políticas, dentro e fora do Estado. Destacar o ser cigano como ação política pode ser chave para compreender as práticas estatais, as relações de poderes, assim como as disputas políticas em torno da delimitação da cidadania cigana no processo legislativo do PLS nº 248/2015.

[Trabalho completo](#)

O grupo de dança Jim Kalon e o movimento social cigano no Ceará

Autoria: Lailson Ferreira da Silva (UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), Flor Fontenele

Este work se propõe a apresentar a trajetória de construção do movimento social cigano no estado do Ceará e, mais especificamente como a atuação do grupo de dança Jim Kalon tem sido utilizado para dar visibilidade aos ciganos no cenário político e social. Segundo Gohn (1995), um movimento social se caracteriza pela da união de um grupo de pessoas que possui um objetivo em comum, tendo enquanto base os valores políticos e culturais dos seus participantes, que possibilita a criação de uma identidade comum ao movimento. No Ceará, os ciganos estão organizados em torno do Instituto Cigano do Brasil - ICB, uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos criada em 2017 pelo cigano calon Rogério Ribeiro com sede no município de Caucaia. O ICB reúne ciganos de vários municípios onde há a presença de ciganos e, tem como missão "promover e defender os direitos fundamentais da etnia cigana" no contexto cearense. Desde a sua criação, o ICB, vem se articulando em diversos espaços sociais, políticos e culturais, participando de encontros de povos tradicionais e eventos ligados a arte e a cultura no estado Ceará, como forma de denunciar a violação sofrida pela etnia cigana ao longo dos tempos, a ausência de direitos e a necessidade de políticas públicas específicas para essa população tradicional. Nesses espaços, há uma recorrência de apresentações do grupo de dança, principalmente nos eventos que contam com a presença de atores públicos do executivo, legislativo e judiciário; e privados, empresários, gestores de ONGs, artistas, etc. Nessa perspectiva, a "dança cigana" performatizada publicamente tem um papel relevante para o ICB, como uma estratégia de aproximação e ?sedução? que vem abrindo portas e possibilitando articulações com atores estratégicos, que poderão contribuir para a inserção das pautas ciganas nos espaços de representação social. Além disso, a dança atua como elemento diacrítico da identidade cigana, possibilitando-os serem vistos em sua positividade a partir dos aspectos culturais que marcam as especificidades dessa etnia e, não apenas como destoantes do modo de vida social hegemônico.

[Trabalho completo](#)

Os ciganos na região Sul do Brasil e as demandas por Direito: investigando a partir da imprensa e dos órgãos públicos

Autoria: Mercia Rejane Rangel Batista (UFCG - Universidade Federal de Campina Grande), Mércia Rejane Rangel Batista (PPGCS/UFCG) Wchaya Adlin Borges Siqueira (Bolsista PIBIC/UFCG)

O work explora a presença/ ausência da temática cigana nas matérias em alguns jornais da região sul do Brasil. A pesquisa qualitativa e exploratória identificou as publicações das atividades apresentadas pelas páginas oficiais dos órgãos (Ministério Público Federal e Estadual), buscando compreender rotinas, procedimentos e os efeitos da ação estatal, pois o Estado brasileiro é um ator significativo e tem realizado suas ações visando atender / responder / propor pautas para os grupos ciganos localizados na região sul do Brasil. Em conjunto, realizou-se também mapeamento de questões colocadas por ciganos, bem como outros atores (intelectuais ativistas, membros de organizações não-governamentais, interessados), pensadas como instrumentos de defesa e divulgação dos direitos ciganos (com ênfase nas chamadas Cartilhas). Partindo do



marco da promulgação da Constituição Federal do Brasil (1988), pretende-se identificar reflexos das políticas públicas promovidas, especialmente a partir do início do século XXI, com a criação de uma rede de atores de destaque que geram uma agenda específica, que muitas vezes é representada por uma repetição de pautas e ações propostas, possivelmente indicando entraves em se tornar efetiva a atuação dos agentes públicos. Essa pesquisa soma-se ao esforço que vem sendo realizado, a partir dos projetos desenvolvidos no âmbito do Programa PIBIC-UFCG, o que nos propiciará uma visão da situação no âmbito de todo o território nacional.

Problematizando a possibilidade de ter um Estatuto do Cigano

Autoria: Jéssica Cunha de Medeiros (UFPE), Dr^a Mércia Dr Renato Athias

Essa proposta de work vai buscar refletir os desafios postos no complexo universo cigano presente no Brasil com a proposta de criação do Estatuto do Cigano, que está atualmente tramitando no Senado Federal Brasileiro - PLS 248/2015, apresentada pelo senador Paulo Paim. E do nosso ponto de vista, faremos um esforço para compreender o que essa proposta pode revelar dos processos de mediação entre as diferentes unidades sociais propostas pelos ciganos e a sociedade nacional. Do nosso ponto de vista vamos procurar traçar uma comparação daquilo que já estudamos em outro momento que chamamos dss Cartas de Autorização/ Apresentação, documento que foi durante muito tempo portado pelos chefes dos bandos, que circulavam entre as cidades do Litoral e do Sertão Paraibano e Pernambucano, nas quais alguma figura de autoridade se encarregava de apresentar essas chefia e solicitava então o apoio as autoridades para a presença e permanência dos mesmos naquela situação. Consideramos que as situação históricas e sociais que permitiram a manutenção destas Cartas então mencionadas se modificaram talvez de tal maneira que hoje em dia surge o desejo de se fazer presente junto a sociedade a partir de uma regulamentação legal e para isso então o Projeto de Lei do Senado parece se encaminhar. Pretendemos então discutir qual é o lugar do Estado, qual são os mecanismos constitutivos das diferentes organizações que se fazem representantes dos ciganos, com uma ênfase maior na Associação Nacional das Etnias Ciganas (ANEC), que até o momento parece ser a principal representante deste processo. No nosso exercício descritivo e analítico nos propomos pensar esse quadro a partir daquilo que foi estabelecido por Oliveira (2012), que ao estudar os povos indígenas chama de ?situação histórica? e conseqüentemente nos interrogamos se as relações estabelecidas entre Estado, mediações e comunidade passa pelo exercício do chamado poder tutelar.

?Porque você é moradora e eu cigano?: uma reflexão sobre a relação entre ciganos e etnógrafo em São João do Paraíso (MA)

Autoria: Janeide da Silva Cavalcante (UFMA - Universidade Federal do Maranhão)

O presente work discute a relação entre os sujeitos da pesquisa, etnógrafo e nativo, problematizando, como é fundamental desenvolver uma relação de confiança para o bom andamento e continuidade da investigação. A discussão desta relação entre os sujeitos demarca uma problematização metodológica necessária no campo etnográfico e tal relação pode se apresentar como criativa, já que os nativos podem definir sua cultura contrapondo à do pesquisador. Dessa forma, um dos maiores desafios na pesquisa com ciganos é a desconfiança que eles têm dos jurons, resultado das perseguições e preconceitos que já sofreram pela população local do lugar no qual se instalam. Assim, este artigo busca discorrer sobre a relação entre ciganos e pesquisador, debatendo acerca da aceitação e da relação entre estes para a definição enquanto ciganos, que se contrapõe a cultura do pesquisador. Pontuando também a presença cigana no sul do maranhão, e como estes se apresentam neste espaço, em que se consideram grandes contribuidores na construção e expansão da cidade. Tendo eles agora assumido uma condição de moradores, mas apontam a pertença étnica para diferenciação com a população local, dessa forma busco mostrar a organização social destes na



cidade. Este work é parte de uma pesquisa de campo com os ciganos em São João do Paraíso (MA), utilizando a observação direta, entrevistas e conversas informais para obtenção dos dados. Dentro desse contexto, pode-se destacar como a desconfiança algumas vezes marca a entrada no campo, e que uma relação de aproximação entre os sujeitos pode ser fundamental para desenvolver uma relação com o grupo pesquisado. Por fim, trago como estes neste espaço se apresentam e se organizam.

Presença dos Povos Ciganos em Pernambuco na Contemporaneidade

Autoria: Francisco de Assis do Nascimento (NEPE/UFPE)

Esse texto vem socializar uma experiência vivida entre 2012 e 2016 com algumas comunidades ciganos no estado de Pernambuco no período que trabalhávamos na Secretaria de Cultura do Estado na Coordenação para Povos Tradicionais e Populações Rurais enquanto articulador regional (técnico) e posteriormente coordenador. Como foi dialogar com cerca de 14 comunidades da etnia Calon no Estado em 8 regiões de desenvolvimento. Este relato tem a intenção de ilustrar um pouco a localização geopolítica dos povos ciganos do estado de Pernambuco partindo da experiência em lócus no acompanhamento, direta e indiretamente, de ações nessas comunidades ciganas do Estado, respeitosamente não iremos dar nomes ou famílias que tivemos a oportunidade de dialogar. Para melhor análise e interpretação mais coerente a realidade desses povos nos ancoraremos nos estudos realizados por pessoas especialistas que se dedicam ao estudo desses povos, nestas temos nossas referências por terem e dialogar com os povos ciganos e servi para orienta nossa fala. Ainda bem que os estudos avançaram no tocante a dar lugar real de fato e de direito a esse povo. No ano de 2013 a Secretaria de cultura de Pernambuco através da coordenação para povos tradicionais e populações do campo lançaram uma publicação NO TERRITÓRIO DA CULTURAS: A experiência da secretaria de cultura de Pernambuco com populações tradicionais e povos do campo. Essa publicação foi resultado de cerca de dois anos de work e diálogo com essas populações e povos, dentre eles os povos ciganos. Bem, foram dez lideranças pesquisadas, sendo 8 homens e 2 mulheres, de 7 RD?s* do estado: Araripe, Itaparica, Pajeú, Agreste Meridional, Agreste Central, Mata Norte, e RMR. Identificado 90 famílias com aproximadamente 1162 pessoas. Além dessa pesquisa ocorreram visitas técnicas pós-publicação da pesquisa em 4 comunidades não inventariadas, mas identificado os mesmos dados primários das inventariadas, e no Sertão de Francisco e Agreste Setentrional, contabilizando mais 22 famílias com cerca de 160 pessoas. Ou seja, um total de 111 famílias com aproximadamente 1322 pessoas identificadas indiretamente a partir de dados primários, com média de 11 pessoas por família espalhadas em 9 RD?s do Estado. São números expressivos considerando que foram coletados das e nas próprias comunidades ciganas. Numa outra etapa da ação foi de levar ações para essas comunidades, sejam elas de apoio institucionais a atividades próprias deles ou ações desenvolvidas pela Secretaria de Cultura do Estado tais como atividades culturais durante o Festival de Inverno de Garanhuns ? FIG**, como também capacitação sobre o edital do Funcultura.

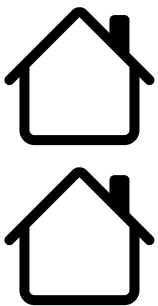
[Trabalho completo](#)



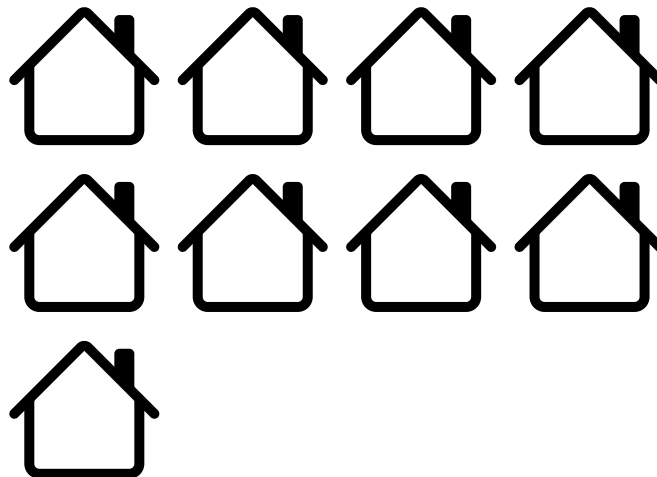
Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: